

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Alan Santos/PR



Bolsonaro e Trump: dissociação impossível

Bolsonaristas: da euforia à apreensão

Os aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro conseguiram na quarta-feira (9) fazer um misto de sentimentos que, por si só, são contraditórios. Ao mesmo tempo, esboçavam euforia e apreensão com a decisão tomada por Donald Trump de sobretaxar em 50% os produtos brasileiros. Primeiro ponto importante da avaliação dos mais prudentes: Trump não anunciou a medida

pensando em Bolsonaro, mas nos interesses dos Estados Unidos, como reação ao que acontecerá alguns dias antes na reunião do Brics e foi mencionado aqui pelo Correio Político: o avanço dos interesses econômicos da China. Mas Trump colocou Bolsonaro na primeira linha da carta que enviou ao presidente Lula. O que torna legítimo colocar na sua conta.

Dividendos

No que isso pode trazer tanto de dividendos quanto de prejuízo. Na linha do dividendo, a primeira reação do bolsonarismo foi entusiasmo e euforia. Mas, aos poucos, começou a pesar a linha do prejuízo, a avaliação de que seria difícil se aliar a algo que prejudica o país.

Tábua

Na linha da euforia, a ação de Trump foi interpretada como a tábua de salvação de Bolsonaro. Uma pressão que pudesse fazer com que, na melhor das hipóteses, o Supremo adiasse ou aliviasse o cadafalso, pelo menos pelos diversos problemas de saúde de Bolsonaro.

Reprodução/vídeo



Eduardo puxou para si articulação da ação de Trump

Para o bem e para o mal, Eduardo o grande artífice

Depois que a euforia baixou, as interpretações já eram no sentido de que, numa escalada o feitiço virasse contra o feiticeiro. Uma cessão a Bolsonaro, como uma prisão domiciliar, poderia ser interpretada como uma cessão a Trump. Daí, alguns, como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), passaram a

tentar demarcar a linha de que a reação dos EUA estava mais direcionada às decisões do Brics. Mas Bolsonaro estava mencionado na primeira linha da carta. E, mais do que isso, o filho do ex-presidente, Eduardo Bolsonaro, gravou um vídeo meio que atribuindo tudo à sua ação nos EUA, passando como o grande artífice.

Antecipação

E antes Eduardo já tinha feito uma postagem na qual dizia que novas ações viriam depois que a justiça da Flórida decidira intimar o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que não podia dizer o que era. Passou a ideia de que já sabia de algo.

Bolsotaxa

O problema passa a ser como defender e tentar tornar positiva uma medida que, no final, afetará a vida de todos os brasileiros. Já circulava nas redes sociais da esquerda a expressão "Bolsotaxa" para definir a medida de Trump. Difícil descolar o ex-presidente.

Taxad

A pecha das taxas recaía sobre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que a oposição apresentava nas redes sociais como "Taxad". Agora, era Bolsonaro quem parecia correr o risco de receber do ministro o bastão de quem defende taxas mais caras no país.

Redes

Um levantamento feito no X, antigo Twitter, mostra Trump como principal tema na rede. Mais de 240 milhões de impressões. No trending topics, mais de 36 milhões de citações. O problema: a grande maioria crítica. A hashtag "Respeita o Brasil" tinha 2 milhões de citações.

Lula não pretende ceder na negociação com Trump

Presidente deve se valer da Lei da Reciprocidade

Por Karoline Cavalcante

Um dia após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Partido Republicano), anunciar uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reafirmou que o governo federal adotará todas as medidas necessárias para proteger a população e as empresas nacionais.

Nesta quinta-feira (10), o Palácio do Planalto interrompeu temporariamente sua estratégia de comunicação voltada à taxação dos super-ricos — criada para melhorar a popularidade do governo — e lançou um novo slogan: "Brasil soberano".

"O Brasil é um país soberano com instituições independentes que não aceitará ser tutelado por ninguém", afirmou Lula em publicação no Instagram.

A declaração reforça o posicionamento oficial já manifestado na noite de quarta-feira (9), quando o presidente respondeu às ameaças comerciais dos EUA. Lula afirmou que qualquer elevação tarifária unilateral será respondida com base na Lei de Reciprocidade Econômica, em vigor desde abril deste ano, e que teve como relatora no Senado a ex-ministra da Agricultura no governo Jair Bolsonaro, a senadora Tereza Cristina (PP-MS).

A legislação prevê que todas as vias diplomáticas devem ser esgotadas antes da adoção de medidas retaliatórias, que só devem ocorrer em último caso. Segundo fontes do Itamaraty ouvidas pelo Correio da Ma-



Joédson Alves/Agência Brasil

Lula lançou novo slogan para o governo: Brasil Soberano

nhã, até o momento não há evolução no impasse que justifique a convocação de um novo encontro entre os representantes dos dois países.

Itamaraty

Ainda na quarta-feira, a embaixadora Maria Luisa Escorel, secretária de Europa e América do Norte do Ministério das Relações Exteriores, recebeu pela segunda vez Gabriel Escobar, encarregado de negócios da Embaixada dos EUA no Brasil (o país está sem embaixador). Convocado a prestar esclarecimentos, Escobar foi questionado sobre a legitimidade da carta enviada pela Casa Branca. Uma vez confirmada, Escorel afirmou que, naqueles termos, o governo brasileiro não receberia o documento e o devolveu.

Mais cedo, Escobar havia participado de outra reunião no Itamaraty, na qual recebeu o repúdio formal do governo brasileiro. A motivação inicial foi uma nota emitida pela Embaixada dos EUA em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado. A nota, alinhada à retórica de Trump, foi classificada pelo Itamaraty como uma "intromissão indevida e inaceitável" no Judiciário brasileiro.

"Preocupante"

Em entrevista ao Correio da Manhã, o professor Alexandre Pires, especialista em relações internacionais e economia do Ibmec São Paulo, avalia que o governo brasileiro enfrenta um

cenário complexo, com pouco tempo para agir — até 1º de agosto. Ele destaca que a carta de Trump antecipa que, caso o Brasil retalie, a taxação escolhida será somada aos 50% já anunciados pelos EUA.

"Isso é extremamente preocupante, é como se o Brasil passasse por um processo de embargo", avalia o especialista. "Praticamente o mercado norte-americano vai ficar fechado para vários produtos brasileiros, como o aço, suco de laranja, celulose, aviões, petróleo bruto, carne... E nós temos vários fornecedores internacionais para esses produtos que podem tomar o mercado americano", afirmou.

Segundo Pires, a situação exige uma diplomacia bilateral extremamente eficaz.

Entenda o que diz a Lei da Reciprocidade Econômica

Carlos Moura/Agência Senado

Por Karoline Cavalcante

O ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, confirmou nesta quinta-feira (10) que o presidente está decidido a usar a Lei de Reciprocidade Econômica (Lei 15.122) como reação caso o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, mantenha mesmo a ameaça de sobretaxar em 50% os produtos brasileiros. Segundo Sidônio, Lula não pretende telefonar ao presidente norte-americano, Donald Trump (Republicano), para tentar uma negociação, por considerar que as ameaças têm cunho político.

A proposta que deu origem à nova legislação foi apresentada pelo senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) e relatada pela senadora Tereza Cristina (PP-MS) na Casa Alta. Foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1º de abril e sancionada sem vetos pelo Executivo no dia 14 do mesmo mês. E já tinha como propósito criar mecanismos caso houvesse alguma sobretaxação tarifária de Trump. Na época, os presidentes dos EUA apresentaram uma primeira proposta nesse sentido para diversos países do mundo.

Legislação

A lei autoriza o Brasil a adotar contramedidas como restrições à importação de bens e serviços, suspensão de concessões comerciais, investimentos, obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual, além de outras medidas previs-



Relatora da lei, Tereza Cristina recomenda prudência

tas em acordos internacionais.

Desta forma, aplica-se na hipótese de adoção — por país ou bloco econômico — de ações que interfiram nas escolhas legítimas e soberanas do Brasil, procurando impedir a adoção de ato específico, por meio da aplicação unilateral ou da ameaça de medidas comerciais, financeiras ou de investimentos. Pode ainda ser utilizada contra práticas que violem ou sejam inconsistentes com as disposições de acordos comerciais que prejudiquem benefícios ao Brasil. Caso medidas internacionais sejam aplicadas com base em requisitos ambientais que sejam mais onerosos que os padrões de proteção ambiental adotados pelo Brasil, a norma também

está permitida.

De acordo com o texto, a adoção das contramedidas deve buscar minimizar impactos sobre a atividade econômica e evitar custos administrativos excessivos ou desproporcionais. Determina, inclusive, que o Poder Executivo estabelecerá mecanismos para monitorar periodicamente os efeitos das contramedidas adotadas e a evolução das negociações diplomáticas com vistas a mitigar ou anular os efeitos das ações.

Ação estratégica

Na contextualização da promulgação, o Palácio do Planalto afirmou que a regra representava uma ação estratégica do país "frente às medidas tarifárias impostas a dezenas de nações"

pelo chefe de Estado republicano. À época, o Brasil recebeu uma tarifa de 10% sobre os produtos exportados para o mercado norte-americano — com exceção do aço e alumínio, que foram taxados em 25%.

Para Tereza Cristina, no entanto, a norma não foi criada especificamente em resposta aos EUA, mas teve como motivação inicial a lei antidesmatamento da União Europeia, que, segundo ela, desconsidera o Código Florestal Brasileiro. Além disso, a senadora reforçou que a legislação exige o esgotamento de todas as vias diplomáticas antes da adoção de qualquer retaliação.

"As nossas instituições precisam ter calma e equilíbrio nesta hora. A nossa diplomacia deve cuidar dos altos interesses do Estado brasileiro. Brasil e Estados Unidos têm longa parceria e seus povos não devem ser penalizados. Ambos têm instrumentos legais para colocar à mesa de negociação nos próximos 22 dias", afirmou a senadora.

Prudência

Em meio aos recentes conflitos diplomáticos entre o governo norte-americano e brasileiro, o advogado sócio do Fonseca Brasil, Eduardo Brasil, destacou que a incerteza é o principal desafio aos exportadores brasileiros. Segundo ele, embora o anúncio tenha causado alarde, o histórico de Trump mostra que ele costuma endurecer o discurso para depois recuar ou renegociar.